

# Irracionalismo

Na quinta-feira da semana passada (11), registrou-se 30º aniversário da primeira viagem espacial do homem, feita pelo astronauta soviético Yuri Gagarin. Abria-se uma nova perspectiva de avanço científico, de observação do universo e de pesquisas em condições de algar a humanidade a um novo estágio de desenvolvimento.

Isso se constituía na teoria da corrida espacial empreendida por Estados Unidos e União Soviética, as duas superpotências de então. Na prática, porém, um outro tipo de corrida acabou prevalecendo, fruto da guerra fria estabelecida entre norte-americanos e soviéticos. Os avanços da astronáutica, embora espetaculares, ficaram à guisa de um espetáculo de guerra.

As duas superpotências, em razão do comprometimento com a corrida armamentista, acabaram destinando, ao longo desses 30 anos transcorridos desde a viagem de Gagarin, a maior parte de seus orçamentos para objetivos militares. Segundo estimativas oficiais, cerca de 100 bilhões de dólares anuais são consumidos anualmente na produção de armamentos.

Com isso, as conquistas espaciais ficaram em segundo plano, embora permaneçam como um dos maiores feitos da humanidade, pela sua alta relevância científica, comprovada pelo progresso obtido com as comunicações via satélite.

Tanta soma de recursos, além de permitir a realização de projetos espaciais, certamente ainda daria para investimentos voltados à redução das desigualdades sociais entre povos ricos e industrializados e povos pobres, marginalizados, "indivíduos".

Quando refletimos sobre dados relativos aos gastos em armamentos, numa comparação com os recursos destinados à promoção do que, teoricamente, seria o objetivo final do homem, ou seja, a construção de uma sociedade fraterna, onde seus diversos componentes vissem de acordo com os princípios da cooperação e da perseguição incessante de maior bem-estar, respeitando-se as diferenças individuais, não conseguimos deixar de colocar em dúvida as máximas religiosas e filosóficas de que o homem, em sua essência, é bom.

Diziam os antigos que a mais produtiva de todas as virtudes é a simplicidade. Parece uma obviedade, mas quando nos empenhamos na análise lógica dos fatos chegamos à triste conclusão de que continuamos despreparados para o simples. Nos perdemos na fogueira das vaidades, das discriminações de raça, de cor, de religião, de classe, alargando o fosso das desigualdades e elevando a temperatura do caldeirão dos conflitos.

O Brasil é um típico exemplo da recusa do simples. Desperdiçamos ano a ano milhares de recursos para construir transmissoras e depois abandoná-las, usinas nucleares e depois permitir que virem e sucatas. O esbanjamento e a improbidade alcançaram tal nível, que de uma dívida externa de 1 bilhão de dólares, no começo dos anos 60, chegamos a mais de 120 bilhões de dólares no começo desta década. Para que nos endividamos tanto? Para propiciar uma condição mais digna à população, ajudando-a a superar os seus mais urgentes problemas, é que não foi.

Investimos pouco em educação, pois do contrário não estaríamos registrando 30 milhões de analfabetos; investimos pouco em saúde, pois do contrário não teríamos um povo tão doente; investimos pouco na agricultura, pois do contrário não reduziríamos tanto o poder de compra dos salários em relação a alimentos; e pouca atenção temos dado à indústria nacional eficiente, preferindo socorrer empresários ineptos e parasitas do Estado.

Simple é constatar que o Primeiro Mundo faz do Terceiro, o qual integramos, mera massa de manobra em favor dos seus interesses. A Guerra do Golfo está bem viva em nossa memória. Após derrotar Saddam Hussein e reconstruir o equilíbrio do comércio do petróleo, os Estados Unidos, que insuflaram os rebeldes iraquianos a travarem luta interna para derubar o ditador, só têm concedido esmolas aos milhões de curdos esmagados pela máquina bélica de Hussein.

Para fechar um acordo de pagamento dos juros da dívida externa brasileira, passamos por humilhações, ouvindo a vez, que o país não merece crédito da comunidade econômica internacional. Se a cooperação e a simplicidade, efetivamente, ainda não fazem parte do jogo político mundial, tratemos de aprender bem essa lição e promover um verdadeiro mutirão nacional em favor do desenvolvimento do país, exigindo do governo o cumprimento de programas em benefício da sociedade e não apenas das elites.

# Impostos

Muitos analistas consideram a década de 80 como perdida para o Brasil. Só isto seria indicativo suficiente da necessidade de implantação de reformas que reorganizem o país nos trilhos da produção e do desenvolvimento. Uma das urgentes mudanças, solicitada pela situação de falência do Estado, é justificada pela carência econômica do trabalhador brasileiro, e a reforma tributária.

Em nosso país o imposto recai de forma mais pesada sobre os trabalhadores. Até hoje as autoridades não têm se movido com o fato de o salário não ser renda. Os assalariados que escapam do infalível confisco na sua fonte de sobrevivência são penalizados, no momento da compra dos ingredientes da cesta básica, com o imposto sobre circulação das mercadorias e outros encargos repassados pela indústria e pelo comércio ao preço dos produtos. Acrescente-se a isto os pedágios cobrados nas estradas e outras taxas exigidas pelos mais precários serviços públicos prestados e está fechado o cerco do "leão" aos ganhos do trabalho.

A renda propriamente dita, ou seja, a receita obtida através da exploração do trabalho na produção de bens, é mal e pouco tributada. Devido a isso as fraudes e sonegações promovidas por estes setores, pois este espaço seria diminuído para compensá-las, resistem ainda variados mecanismos que liberam, legalmente, as grandes empresas da contribuição fiscal que lhes caberia assumir. Com a desculpa de incentivo à produção e ao desenvolvimento, sustentam-se a isenção da indústria quanto ao pagamento de impostos e outros encargos. Seria esperado e desejado, por questão de justiça social, que o setor produtivo, como grande beneficiário que é, arcaisse com a maior despesa no que se refere à constituição da infraestrutura necessária à produção e circulação de mercadorias: hidroelétricas, estradas, sistema telefônico... O que presenciamos, ao contrário, são as grandes empresas recebendo produtos e serviços subsidiados, como a nafta, o carvão, a energia elétrica, o óleo diesel entre outros. Existem municípios que, com a boa intenção de desenvolver-se, distribuem gratuitamente terrenos e a grandes indústrias e as tentam do pagamento de taxas municipais por longos períodos. O cidadão comum, trabalhador, ao quitar a sua conta de energia, pagar a passagem de ônibus, comprar um produto essencial, está financiando os grandes empresários. É significativa a este respeito a criação do novo pedágio, cuja volta já está sendo programada. É interessante notar que este financiamento é sem retorno, quando as empresas têm sucesso usufruem como bem enriquecidos os lucros quando amargam prejuízos o Estado prontamente se socorre, com o dinheiro público é claro. A não tributação progressiva dos latifúndios improdutivos e dos terrenos ociosos nos grandes centros urbanos também faz parte do mecanismo perverso que incentiva e mantém os grandes beneficiários do sistema às custas de uma pesada tributação sobre os ganhos do trabalho e uma leve cobrança sobre os rendimentos de capital.

Nos dias de hoje tem-se tornado repetitiva e convincente a ladainha sobre a falência e ineficiência gerencial do Estado. Mas por mais que concordemos com esta constatação, devemos reafirmar o argumento para defesa da privatização, leia-se: dilapidação das empresas e dos serviços públicos. A concretização desta proposta significaria a premiação dos principais responsáveis pela situação atual. É preciso, neste momento, rever os mecanismos que entraram na composição deste quadro de colapso do Estado, como as referidas práticas de tributação e de incentivo fiscal. Trata-se de uma questão política e não apenas técnica. A tributação deve ser primeiro um instrumento de distribuição de renda e de promoção da justiça social, após preencher esta exigência deverá servir ao desenvolvimento, se é possível tratar separadamente coisas que na realidade caminham juntas. Os grandes empresários, se realmente querem o avanço do país, devem pagar a maior parcela da conta.

Nelson Rosário de Souza, sociólogo.

# Alça de Mira

**Educação**  
Terezinha Lima, residente na Rua Rui Barbosa, 2126, parabeniza o prefeito Afonso Portugal Guimarães pela administração que vem realizando em Campo Largo, destacando que "vale a pena sair pelas ruas e verificar as melhorias empreendidas". Ela, no entanto, tem um pedido a fazer: "Nossa cidade precisa de um colégio público que ministre curso de segundo grau, à noite, principalmente para as filhas que gostariam de continuar a estudar, mas precisam trabalhar. Só o Colégio Kennedy tem segundo grau à noite, mas é pago".

**Previdência**  
O presidente do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), José Arnaldo Rossi, em depoimento na CPI mista do Congresso que investiga fraudes no sistema previdenciário, admitiu que o governo está desviando recursos do financiamento do déficit público.

**Educação II**  
Na segunda quinzena de março, seus professores da Universidade Federal do Piauí fizeram uma viagem pelo interior daquele Estado para dar aulas de treinamento a professores de escolas rurais. O que constataram de perto contra a estrutura de ensino montada na zona rural piauiense, de resto não muito diferente da encontrada em outras zonas rurais do país. Durante uma aula sobre meio ambiente, ao ser exibido slide do mapa do Brasil, três professores indagaram o que era aquilo. Outra constatação era recorrente: na zona rural do Piauí os professores ganham, em média, entre Cr\$ 1 mil e Cr\$ 2 mil por mês.

**Novo estatuto**  
O PMDB quer legalizar seu novo estatuto para poder aplicar o fechamento de questão. As punições previstas para os eventuais rebeldes são: advertência, suspensão de três a 12 meses, destituição de função em órgão partidário, negativa de legenda para disputa de cargo eletivo, desligamento da bancada por até 12 meses e expulsão com cancelamento de filiação.

**Droga**  
O psiquiatra argentino Eduardo Kalina esteve recentemente em São Paulo participando de uma conferência sobre o tema "A Droga no Mundo Atual" e para lançar o seu livro "Drogas: Terapia Familiar e Outros Temas". Considerado um dos mais proeminentes especialistas no estudo sobre as drogas, Kalina enfatizou que não se deve confundir uma pessoa que experimenta uma droga com aquela que organiza sua vida em função dela.

**Nome de ruas**  
O campo-larguense Oly Mário Wolf pergunta quando a Câmara de Vereadores vai aprovar projeto de lei sobre nomes de ruas, incluindo a exigência de mudança das placas. Segundo ele, a população se bate muito com esse problema, ainda mais as pessoas de fora. E dá como exemplo as denominações Clotário Portugal X Centenário do Paraná.

**Desperdício**  
A Assembleia Legislativa de São Paulo gasta Cr\$ 1,1 bilhão por mês com 115 carros usados pelos deputados, que ainda têm direito a 40 litros de álcool por dia às custas do contribuinte.

**Crescimento**  
O empobrecimento não ocorre da noite para o dia, constata o deputado federal Delfim Neto, do PDS/SP, acrescentando que a queda do nível de atividade é um processo geralmente lento, que pode ser revertido se existir vontade política e governos competentes, capazes de convencer a sociedade de que o melhor remédio para as desigualdades é o crescimento econômico.

**Crescimento II**  
Segundo Delfim, o Brasil tem um péssimo perfil de distribuição de renda, "que só melhorou nos períodos de crescimento, com taxas de inflação decrescentes ou pelo menos estáveis. Nos últimos quatro anos não tivemos crescimento econômico e muito menos estabilidade monetária. Estamos empobrecendo, enquanto o perfil da distribuição de renda piora. É mais do que justo a preocupação com o aumento do número de "descamisados" que ocorre entre nós; mas não é com conversa fiada que vamos resolver o problema. Não vamos salvar os "30 milhões de brasileiros que vivem em estado de pobreza absoluta", não vamos resgatar a dívida social, sem a retomada do crescimento econômico".

Decio Freitas, historiador

# Neivo propõe lei que beneficia RMC

de Curitiba — Admec, com um órgão político, o Conselho Deliberativo, composto pelos prefeitos e representantes do Estado, e um órgão técnico, o Conselho de Administração.

O custeio de ações metropolitanas, gerido pela Admec e financiado por contribuições conjuntas do Estado e municípios integrados, que terá a exclusividade dos recursos de natureza estadual alocados às comunas da área. As diretrizes do planejamento metropolitano, obrigando todos os municípios envolvidos, serão obrigatoriamente aprovadas ao nível dos órgãos regionais e haverá prioridade no repasse de recursos para municípios ou áreas que sofrem perda ou restrição de atividade decorrente do enflequecimento regional.

**Deputado Neivo Beraldin**  
Em cumprimento ao artigo 21 da Constituição Estadual, o deputado Neivo Beraldin apresentou projeto de lei complementar adequando a estrutura da Região Metropolitana de Curitiba à nova sistemática constitucional, que assegura ampla participação da comunidade no planejamento regional. O parlamentar disse que não pretende impor um texto acabado, abrindo-o à discussão da sociedade, especialmente durante o Seminário de Integração da Região Metropolitana já convocado pela Assembleia Legislativa para os dias 9 e 10 de maio. Beraldin quer a instituição de um fundo comunitário financiado em percentagem igual pelo Estado e municípios da área e uma autarquia para administrar os projetos regionais.

A Região Metropolitana de Curitiba será composta pelos 14 municípios que integram uma mesma área geográfica com interesses comuns e cuidará de toda a gestão metropolitana quanto ao uso do solo, transporte coletivo e sistema viário, saneamento básico, preservação ambiental e aproveitamento dos recursos hídricos. Para gerir esse conjunto de atividades é proposta a Administração da Região Metropolitana.

# Medo de confusão e desconhecimento da lei impedem consumidor de reclamar

O Código de Defesa do Consumidor completou um mês de vigência no último dia 11, mas poucas têm sido as notícias de punição a fornecedores e lojistas por abusos cometidos contra a clientela. A Associação Comercial do Paraná (ACP), através do seu presidente Werner Egon Schrappe, constata, por exemplo, que em Curitiba a população enfrenta uma certa timidez no momento de reclamar seus direitos. Consta também que as indústrias e o comércio têm demonstrado uma nova preocupação no tratamento com o consumidor, procurando aperfeiçoar o relacionamento e resolver os problemas antes que eles cheguem ao conhecimento dos órgãos encarregados de fazer cumprir a lei.

Em Campo Largo, ao que se saiba, ainda não foi registrado, desde a entrada em vigor da nova lei, caso de denúncia de consumidor sobre abuso do comércio. Essa situação de absoluta normalidade estaria ocorrendo por que a lei vem sendo cumprida à risca, ou porque os consumidores, na verdade, desconhecem a legislação, ou porque não sabem a quem recorrer para reclamar? O delegado regional da Sunab, Valfrido Klodzinski, afirma que o consumidor continua enfrentando muitas dificuldades para conhecer a real extensão dos seus direitos. Dessa forma, alguns por timidez e outros para evitar aborrecimentos acabam desistindo de formalizar denúncia. Qual a verdadeira razão dessa passividade?

**SKOL**  
Para sua festa, casamento etc. "DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SAPI LTDA" Av. Luiz Rivabem, 1639 292-1792 e 392-1143 E tome SKOL. Preço promocional para retirar no depósito Cr\$ 111,16 a garrafa SKOL.

**Datilografia e encadernação**  
De trabalhos escolares, teses, monografias, currículos, contratos etc, em IMB eletrônica e computador.

**CLARIM IMÓVEIS LTDA**  
Rua Marechal Deodoro, 576 Telefone: 392-1889

**PAINEL de Obertas Autoceilia**

**MOTORES PARCIAIS NOVOS**

|                                                          |                 |
|----------------------------------------------------------|-----------------|
| Motor 1.3 L, Fusca, gasolina                             | Cr\$ 200.000,00 |
| Motor 1.5 L, Fusca, Kombi, gasolina                      | Cr\$ 200.000,00 |
| Motor 1.6 L, Fusca, Kombi, gasolina                      | Cr\$ 200.000,00 |
| Motor 1.6 Brasília, Variant, gasolina                    | Cr\$ 200.000,00 |
| Motor 1.6, Gol, Saveiro, álcool                          | Cr\$ 200.000,00 |
| Motor 1.6 Gol, Saveiro, gasolina                         | Cr\$ 200.000,00 |
| Motor 1.6 Passat, Gol, Voyage, Parati, Saveiro, gasolina | Cr\$ 230.000,00 |
| Motor 1.6 Passat, Gol, Voyage, Parati, Saveiro, álcool   | Cr\$ 230.000,00 |

**OBS: Mão de Obra Gratuita**

**Promoção válida de 15/04/91 até 30/04/91**

**Preços promocionais exclusivamente para colocação em nossa concessionária.**

**FONE: 292-1143**

**ACERVO HISTÓRICO**